

# Referencial de Educação e Avaliação

(Ano letivo 2024/2025)



Escolas de Ovar  
Agrupamento

## Índice

1.	Propósito da Escola e do ensino/aprendizagem	3
2.	Enquadramento funcional	6
2.1.	Normativos funcionais	6
2.2.	PASEO	7
3.	Planeamento da avaliação e do ensino/aprendizagem	9
3.1.	Operacionalização do Planeamento	10
4.	Conceitos de avaliação	11
4.1.	Princípios da avaliação	11
4.2.	Modos de avaliação	12
4.3.	Avaliação como Aprendizagem	14
5.	Políticas de avaliação e classificação	16
5.1.	Da avaliação à classificação (standard)	18
5.2.	Avaliação com base em rubricas;	18
6.	ANEXO 1 - Rubricas por tipo de atividade	<b>Erro! Marcador não definido.</b>

## 1. Propósito da Escola e do ensino/aprendizagem

[A educação deve promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.]<sup>1</sup>

[Para este propósito, a Escola deve:

- Contribuir para a realização do aluno, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;
- Assegurar a formação cívica e moral dos alunos;
- Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres.]<sup>2</sup>

[Assim, no caso da educação pré-escolar, pretende-se:

- a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- b) Contribuir para a estabilidade e segurança afetivas da criança;
- c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a atividade lúdica;
- g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.]<sup>3</sup>

[No caso do ensino básico, assume-se que é universal]<sup>4</sup>, [devendo:

---

<sup>1</sup> Art.º 2.º, ponto 5 (adaptado) - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

<sup>2</sup> Art.º 3.º - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

<sup>3</sup> Art.º 5.º - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

<sup>4</sup> Art.º 6.º - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- k) Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- l) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- m) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- n) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.]]<sup>5</sup>

[A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

Os objetivos específicos de cada ciclo integram-se nos objetivos gerais do ensino básico:

- a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;

---

<sup>5</sup> Art.º 7.º - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

- b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes ativas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
- c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida ativa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida ativa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.]<sup>6</sup>

[Por sua vez, o ensino secundário tem por objetivos:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.]<sup>7</sup>

Sem fronteiras estanques, os vários ciclos de ensino não deixam de ser diferentes no grau de profundidade e complexidade, na organização e nas dinâmicas de participação.

Os desideratos decorrentes da Lei de Bases do Sistema Educativo apenas são almejavéis havendo uma sintonia entre os diversos intervenientes nos atos de ensinar e aprender, pois é necessário um grau de envolvimento que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos ou a dimensão estritamente académica.

Neste intuito, a avaliação como um processo e produto das ações educativas é fundamental como fator orientador e regulador do caminho a percorrer.

---

<sup>6</sup> Art.º 8.º - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

<sup>7</sup> Art.º 9.º - Lei 46/86, 14 de outubro – LBSE consolidada

## 2. Enquadramento funcional

### 2.1. Normativos funcionais

[A realização de aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências mais complexas pressupõem tempo para a consolidação e uma gestão integrada do conhecimento, valorizando os saberes disciplinares, mas também o trabalho interdisciplinar, a diversificação de procedimentos e instrumentos de avaliação, a promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, o domínio de técnicas de exposição e argumentação, a capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia.

As principais decisões a nível curricular e pedagógico são tomadas pelas escolas e pelos professores. É neste enquadramento, em diálogo com os alunos, as famílias e com a comunidade, que se preconiza:

- i. (...) maior flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as Aprendizagens Essenciais;
- ii. Implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento (...) com vista ao exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- iii. Fomentar nos alunos o desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua autoestima e bem-estar;
- iv. Adotar diferentes formas de organização do trabalho escolar, designadamente através da constituição de equipas educativas que permitam rentabilizar o trabalho docente e centrá-lo nos alunos;
- v. Apostar na dinamização do trabalho de projeto e no desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, valorizando o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas;
- vi. Reforçar as dinâmicas de avaliação das aprendizagens centrando-as na diversidade de instrumentos que permitem um maior conhecimento da eficácia do trabalho realizado e um acompanhamento ao primeiro sinal de dificuldade nas aprendizagens dos alunos. (...)]<sup>8</sup>

[A avaliação, sustentada por uma dimensão formativa, é parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação.

Enquanto processo regulador do ensino e da aprendizagem, a avaliação orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.]<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Introdução do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, adaptada.

<sup>9</sup> Art.º 22.º, pontos 1 e 2, do DL 55/2018, de 6 de julho

Em articulação com o DL54/2018 de 6 de julho, o sistema de avaliação e classificação não pode estar desinserido do prévio planeamento, intencional e técnico-pedagógicamente sustentado, fomentando metodologias ativas que traduzam:

- [expectativas e objetivos de aprendizagem claramente definidos, explicitamente comunicados e apropriadamente desafiantes.
- práticas pedagógicas culturalmente responsivas e orientadas por conhecimento científico atualizado, incluindo práticas de diferenciação pedagógica, flexibilidade e enriquecimento curricular, assim como práticas que promovem um maior envolvimento dos alunos (e.g., ensino direto, ensino explícito, ensino mediado por pares, ensino cooperativo, discussão em turma, scaffolding, feedback corretivo, múltiplas oportunidades de prática guiada e prática independente);
- consideração pelas características físicas e pela organização dos ambientes e processos de ensino-aprendizagem, atendendo a quadros de referência como, por exemplo, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA);
- definição e ensino de expectativas comportamentais claras e declaradas de forma positiva, ensino, modelagem e prática de procedimentos, regras e rotinas;
- práticas de supervisão ativa e estratégias eficazes de gestão de comportamentos, incluindo sistemas de reconhecimento e reforço positivo dos comportamentos desejados, assim como um gradiente de respostas adequadas e consistentes a comportamentos problemáticos;
- currículos e programas centrados no desenvolvimento de competências de autorregulação, autoconhecimento, tomada de decisão responsável, consciência social, habilidades sociais e cognitivas.]<sup>10</sup>

## 2.2. PASEO

O Perfil dos Alunos no Final da Escolaridade Obrigatória<sup>11</sup> (PASEO) estabelece uma visão e uma missão da escola, no qual estão enunciados os princípios fundamentais numa educação que se quer inclusiva, perspetivando tudo aquilo que os jovens devem interiorizar, sendo, para tal, determinante o compromisso da comunidade educativa (comunidade, professores, famílias e encarregados de educação).

Pretende-se educar ensinando para a consecução efetiva das aprendizagens – as aprendizagens são o centro do processo educativo. Sem boas aprendizagens, não há bons resultados.

---

<sup>10</sup> Ações de 1º Nível, Curso “Práticas Inclusivas”, DGE, citando Fuchs et al., 2012; Harlacher et al., 2014; Lane, Kalberg, & Menzies 2009; McIntosh & Goodman, 2016; Mitchell et al., 2016; NASP, 2006, 2016; Stoiber, 2014; Westwood, 2017 como citado em Mendes, 2019.

<sup>11</sup> Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos (...), designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

O perfil assenta num conjunto de princípios e de valores que serão os elementos orientadores de um currículo focado em competências, sustentadas em conhecimentos sólidos, organizadas como aprendizagens essenciais (AE).

O PASEO e as AE são, assim, documentos integradores do currículo do ensino básico e do ensino secundário. É, pois, indispensável que a sua articulação seja ela também integradora (dos elementos enunciados), coerente (com os princípios assumidos) e consistente com o modelo de currículo implícito no articulado do PA.

O documento das AE explicita para cada ano, para cada disciplina, os elementos definidores do conceito de AE.

Competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes que permitem uma efetiva ação humana em contextos diversificados. As competências são de natureza cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática.

Ao assumir estes princípios, valores e áreas de competências do PASEO implica alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos.

[Apresentam-se, de seguida, um conjunto de ações relacionadas com a prática docente e que são determinantes para o desenvolvimento do Perfil dos Alunos:

- a) abordar os conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados;
- b) organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes;
- c) organizar e desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra ou extraescolares;
- d) organizar o ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação;
- e) promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores;
- f) criar na escola espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsabilmente;
- g) valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.]<sup>12</sup>

[A ação educativa é, pois, compreendida como uma ação formativa especializada, fundada no ensino, que implica a adoção de princípios e estratégias pedagógicas e didáticas que visam a concretização das aprendizagens.

Em suma, pretende-se encontrar os meios mais eficazes para que todos os alunos aprendam, isto é, que se produza uma apropriação efetiva dos conhecimentos, capacidades e atitudes que

---

<sup>12</sup> Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, pág.31.



se trabalharam, em conjunto e individualmente, e que permitem desenvolver as competências previstas no PA ao longo da escolaridade.]<sup>13</sup>

### 3. Planeamento da avaliação e do ensino/aprendizagem

[A avaliação constitui uma ferramenta fundamental em todo o processo de ensino-aprendizagem. Se por um lado permite a regulação, a orientação e a certificação dos conhecimentos e das capacidades adquiridas pelos alunos, por outro lado, é o meio por excelência na orientação das práticas pedagógicas dos docentes.

É nesta dicotomia que a avaliação pode ser utilizada em qualquer ano de escolaridade, em qualquer disciplina, com o recurso ao carácter transdisciplinar, acrescentando uma série de mais valias a todo o planeamento do processo de ensino-aprendizagem, desde o mais particular (aluno) até ao mais global (Departamento/Área Disciplinar) passando pelo conselho de turma como um ponto intermédio.

Preconiza-se a concretização de uma avaliação formativa sistémica e sistemática, diversificando as estratégias de avaliação, e implementando uma avaliação sumativa com carácter eminentemente formativo, pois todas as classificações podem ser reformuladas, ou seja, são temporárias. Tudo alicerçado num feedback estruturado, intencional e sistemático.

Será necessário identificar as dificuldades e as potencialidades da aprendizagem, procurando adequar/escolher as estratégias de ensino / aprendizagem adequadas ao perfil que se pretende desenvolver e que permitam construir o currículo.

Neste sentido, no Plano da Turma deve-se prever um perfil de aprendizagens transversais a desenvolver e a avaliar, eventualmente concretizando DAC, pois assim consegue-se uma maior intencionalidade na ação, conferindo-lhe função de plano estratégico.]<sup>14</sup>

Como instrumentos a mobilizar para concretizar o planeamento e a consecução das metodologias, a legislação prevê:

- [«Articulação curricular», a interligação, realizada a diferentes níveis e modos de interação, de saberes oriundos das componentes de formação e disciplinas, numa perspetiva de articulação horizontal e ou vertical, tendo por objetivo a construção progressiva de conhecimento global;
- «Equipas educativas», o grupo de docentes que lecionam às mesmas turmas as diversas disciplinas, trabalhando em conjunto nas diferentes fases do processo de ensino e aprendizagem, bem como de avaliação, com vista à adoção de estratégias que permitam rentabilizar tempos, instrumentos e agilizar procedimentos;
- «Opções curriculares» com diferentes possibilidades de organização e gestão, à disposição da escola, a implementar de acordo com as prioridades por ela definidas, no contexto da sua comunidade educativa, decorrentes da apropriação do currículo e do

---

<sup>13</sup> Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, pág.32.

<sup>14</sup> “Avaliação ao serviço das Aprendizagens e do Ensino”, Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA, 2020/2021

exercício da sua autonomia, que permitem a consecução das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;

- «Trabalho interdisciplinar», a interseção curricular, estabelecendo articulação entre aprendizagens de várias disciplinas, abordadas de forma integrada, privilegiando uma visão globalizante dos saberes.]<sup>15</sup>

### 3.1. Operacionalização do Planeamento

[Professor], [Conselho de Turma/Conselho de Ano], [Área disciplinar]

[Assume-se que é em sede de área disciplinar que se discutem, organizam e validam os processos que induzirão as aprendizagens específicas a desenvolver (aprendizagens disciplinares) e para as quais se vai implementar o ensino. Confere-se ao Conselho de Turma/Ano o contexto adequado para a estruturação e priorização das aprendizagens transversais e o planeamento de atividades que concretizem o desenvolvimento do PASEO.

A avaliação das aprendizagens é tão fulcral quanto as didáticas que as suportam, pelo que deve ser planeada e construída colaborativamente.

Prevêem-se planificações «cruzadas» (Tabela 1) que entrecruzem as aprendizagens de cada disciplina, com as competências previstas no PASEO, bem como a sugestão de estratégias de avaliação adequadas. Desta forma, evidencia-se o currículo afim, tornando-o instrumental para o ensino, mas principalmente para o desenvolvimento dos alunos.

Neste intuito, serão definidas listas de competências transversais e específicas a desenvolver em cada turma, construindo-se matrizes de «aprendizagens» vs. «estratégias de avaliação», que permitirão orientar a ação estratégica e pedagógica, elencar as dificuldades e/ou potencialidades, por ano/disciplina e que servirão de referencial para a avaliação, ou seja, uma base de critérios de avaliação e de classificação, numa lógica de interligação entre sala de aula/turma e conselho de turma.

Ao nível das áreas disciplinares, a análise dos resultados funcionará como reguladora do ensino, relacionando a implementação das estratégias com as aprendizagens que foram (ou não) efetuadas.

---

<sup>15</sup> Portarias 223-A/2018, 226-A/2018 e 235-A/2018, de 3 de agosto

Ano	Disciplina	Aprendizagens	Estratégias de avaliação					
			Áreas de competências->			Estratégias de avaliação		
			A, B, C	B, C, D, E	A, B, D, E	B, C, E, F, I		
			Questionário Escrito (Registo de respostas)	Mapa mental (Registo de observação e documento elaborado)	Apresentação com suporte visual (Registo de observação e de conteúdo)	Procedimento prático com registo (Registo de observação e de conteúdo)	Estratégias de sala de aula	
7 <sup>o</sup>	Matemática	Calcular com e sem calculadora, com números inteiros (multiplicação, divisão e potenciação de expoente natural) e racionais (adição, subtração, multiplicação e divisão) recorrendo a valores exatos e aproximados e em diferentes representações, avaliar os efeitos das operações e fazer estimativas plausíveis	x			x	Preparar soluções com base em conceitos de soluto, solvente e concentração; calcular a média de medições para cálculo da concentração final	
		Reconhecer, interpretar e resolver equações do 1.º grau a uma incógnita (sem denominadores) e usá-las para representar situações em contextos matemáticos e não matemáticos.	x			x	Estimar (calcular) a concentração de poluentes em lagos e rios	
	Físico-Química	Caracterizar qualitativamente uma solução e determinar a sua concentração em massa.	x	x		x	Elaborar um mapa mental, relacionando-os, permitindo feedback dos pares para melhoria ou aprofundamento de saberes	
		Classificar materiais como substâncias ou misturas homogêneas e heterogêneas, a partir da informação selecionada		x	x		Elaborar (alunos em grupo) apresentação sobre água e saúde humana	
			x				Responder a um questionário	

Tabela 1 Exemplo de uma estrutura de planificação "cruzada", onde se conjugam as aprendizagens específicas de 2 disciplinas, concertando estratégias didáticas e de avaliação, relacionando-as com o desenvolvimento das competências do "PASEO"<sup>16</sup>

## 4. Conceitos de avaliação

### 4.1. Princípios da avaliação

[Assume-se que se pretende um sistema de avaliação e de classificação assente em alguns princípios, como:

- **Princípio da integração curricular:** os critérios de avaliação e os critérios de classificação, estando coerentes com o currículo, servirão como referencial de ensino e de aprendizagem. As informações geradas, por seu turno, permitirão aferir o grau de consecução e de desempenho, quer do ensino, quer das aprendizagens, podendo constituir-se como uma base fundamentada para uma meta-avaliação, quer na perspetiva pessoal, quer na perspetiva institucional.
- **Princípio da diversificação:** diversificar os métodos e os contextos da recolha de informação, envolvendo os vários intervenientes.
- **Princípio da transparência:** pretende-se explicitar os propósitos da avaliação e a utilização que vai ser dada aos resultados, desta forma, consciencializam-se os alunos do que têm de aprender e quais vão ser os objetos de avaliação, diferenciando de forma clara o bom e o fraco desempenho, estimulando a autoavaliação e a qualidade da avaliação.
- **Princípio da positividade:** conjugando com os restantes princípios, pretende-se que os alunos tenham oportunidades de mostrar o que sabem e o que são capazes de fazer. Desta forma, procura-se que a identificação das dificuldades dos alunos sejam informações para aprender mais e melhor em detrimento de um mero juízo prescritor.
- **Princípio da melhoria da aprendizagem:** rejeitando o papel normativo e punitivo que um sistema de avaliação e de classificação possam ter, pretende-se um sistema em que, quer a avaliação, quer a própria classificação, sejam um sistema orientador e promotor

<sup>16</sup> "Avaliação ao serviço das Aprendizagens e do Ensino", Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA, 2020/2021

da melhoria do ensino e da aprendizagem, culminando, tão extensamente quanto possível, num sistema de avaliação ipsativa.]<sup>17</sup>

## 4.2. Modos de avaliação

Avaliação formativa → contínua e visa o “presente”, vs. Avaliação sumativa → é pontual e visa o “passado”

- A avaliação formativa gera informações para ajuda a progredir, enquanto que a avaliação sumativa faz o ponto da situação;
- A avaliação sumativa não quer dizer “classificatória”.

[Na avaliação devem ser utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, que variam em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos.]<sup>18</sup>

[A avaliação assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem. ]<sup>19</sup>

[A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo, com o envolvimento dos alunos no processo de autorregulação das aprendizagens, fundamentar o apoio às mesmas, em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos pais e encarregados de educação.]<sup>20</sup>

[A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.]<sup>21</sup>

[A avaliação sumativa (de final de semestre) traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.]<sup>22</sup>

---

<sup>17</sup> “Avaliação ao serviço das Aprendizagens e do Ensino”, Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA, 2020/2021

<sup>18</sup> Art.º 22.º, DL55/2018 de 6 de julho

<sup>19</sup> Art.º 24.º, do DL55/2018 de 6 de julho e Portarias 223-A/2018, 226-A/2018 e 235-A/2018, de 7 de agosto (art.º 16.º, art.º 17.º e Art.º 20.º, respetivamente)

<sup>20</sup> Art.º 24.º, do DL55/2018 de 6 de julho e Portarias 223-A/2018, 226-A/2018 e 235-A/2018, de 7 de agosto (art.º 21.º, art.º 23.º e Art.º 25.º, respetivamente)

<sup>21</sup> Art.º 24.º, do DL55/2018 de 6 de julho

<sup>22</sup> Art.º 24.º do DL55/2018 de 6 de julho, Art.º 22.º da Portaria 223-A/2018 de 7 de agosto, Art.º 24.º da Portaria 226-A/2018 de 7 de agosto, Art.º 26.º da Portaria 235-A/2018 de 7 de agosto

[As diferentes formas de recolha de informação sobre as aprendizagens, realizadas no âmbito da avaliação interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola prosseguem, de acordo com as suas finalidades, os seguintes objetivos:

- a) Informar e sustentar intervenções pedagógicas, reajustando estratégias que conduzam à melhoria da qualidade das aprendizagens, com vista à promoção do sucesso escolar;
- b) Aferir a prossecução dos objetivos definidos no currículo;
- c) Certificar aprendizagens.]<sup>23</sup>

[A avaliação, sustentada por uma dimensão formativa, tem que ser encarada como um processo de recolha e interpretação de dados/evidências que permitam aos professores e aos alunos terem um referencial das suas aprendizagens.]<sup>24</sup> É precisamente esta regulação e autorregulação que constitui um fator determinante para a motivação e a construção do saber dos alunos.

A avaliação formativa promove um feedback de qualidade aos intervenientes, alunos, professores e encarregados de educação e permite realizar uma correta avaliação para as aprendizagens:

[

1. Clarifica o que os alunos devem aprender (feed up);
2. Situa os alunos no seu processo aprendizagem (feed back);
3. Define o que os alunos precisam de fazer (feed forward).]<sup>25</sup>

A avaliação pedagógica integra, se assim se pode dizer, três modalidades: ApA (Avaliação para as Aprendizagens), AdA (Avaliação das Aprendizagens) e AcA (Avaliação como Aprendizagem), que apesar da interligação e complementaridade têm propósitos distintos e momentos de aplicação diferentes.

Se por um lado a ApA se traduz por uma avaliação formativa e as AdA por uma avaliação sumativa, a AcA confere um carácter formativo à recolha de evidências que são pontos de situação. Todas têm um fim comum que assenta na “produção” de feedbacks de elevada qualidade para todos os alunos, a partir dos quais poderão construir os referenciais do “o que”, e “como aprendem”. É nesta constante complementaridade que reside a mais valia de todo este processo de avaliação pedagógica: rigorosa e credível, que permita descrever a qualidade das aprendizagens dos alunos. [Pode-se assim dizer que é um processo de recolha e interpretação de evidências que professores e alunos utilizam para determinar em que situação se encontram os alunos, onde se pretende que eles cheguem e qual a melhor forma de lá chegarem.]<sup>26</sup>

[Assim, a avaliação formativa e a avaliação sumativa não se opõem, mas sobrepõem, iniciando-se o processo de ensino/aprendizagem com a avaliação formativa e culminando com a avaliação sumativa de carácter formativo. A avaliação formativa é um processo tendencialmente contínuo que pressupõe a participação ativa dos alunos.

No entanto, apesar de a avaliação sumativa representar uma súmula no fim de uma unidade, tema ou subdomínio curricular, esta etapa de chegada é temporária, constituindo uma

---

<sup>23</sup> Art.º 22.º do DL55/2018, de 6 de julho

<sup>24</sup> “Pedrosa e outros (2021), “Avaliação das Aprendizagens em Portugal: Um olhar transversal sobre os fundamentos teóricos, as políticas educativas e as práticas”

<sup>25</sup> “Participação dos Alunos nos Processos de Avaliação”, Folha do Projeto MAIA, pág. 3

<sup>26</sup> Fernandes, D. (2019), “Para um Enquadramento Teórico da Avaliação Formativa e da Avaliação Sumativa das Aprendizagens Escolares”, pág.14

(re)construção. Neste sentido, a avaliação sumativa transforma-se em formativa, sempre que prevê e permite a sua atualização e recuperação/melhoria do saber. Uma avaliação sumativa de qualidade nas salas de aula deve estar subordinada aos princípios, aos métodos e aos conteúdos da avaliação formativa.

A avaliação sumativa com caráter formativo pode desempenhar uma função híbrida, ou seja, dar feedback sobre as aprendizagens e facilitar feedforward e, “em fim de linha”, permite sintetizar a informação recolhida numa classificação.

Desta forma, procura-se implementar um verdadeiro sistema de avaliação ipsativa que partindo da dinâmica pessoal a articula e integra, consubstanciando uma verdadeira “organização aprendente”, potencia a Avaliação como Aprendizagem.]<sup>27</sup>

### 4.3. Avaliação como Aprendizagem

Formativa (ApA) + Sumativa (AdA) = Sumativa com caráter formativo (AcA)  
= **Avaliação como Aprendizagem**

- Quer a avaliação formativa, quer a avaliação sumativa são mobilizáveis para a classificação, que deve ter um “standard” (lista de descritores de desempenho);
- O ponto crítico é a negociação e a aceitação da legitimidade pelos alunos;

[A **Avaliação como Aprendizagem** tem como principal objetivo promover a autorregulação e a autonomia dos alunos, ou seja, desenvolver competências que lhes permitam aprender ao longo da vida.

Através da avaliação, os alunos compreendem a forma como realizam as aprendizagens, isto é, a sua atividade cognitiva, realizando a monitorização do seu próprio processo de aprendizagem (metacognição).

Associada ao conceito de avaliação formadora,]<sup>28</sup> [a avaliação como aprendizagem é aquela que em si mesma constitui uma aprendizagem, visto que o seu objetivo principal visa ajudar os alunos a tornarem-se aprendizes autodirigidos, capazes de identificar as suas lacunas e usarem essa informação para a sua melhoria no processo de aprendizagem.

Por exemplo, um teste (avaliação da aprendizagem ou avaliação sumativa) que tem como objetivo principal de classificar e é realizado no término de um determinado período de aprendizagem, fornece dados para atingir esse objetivo. Contudo esses dados, que vão ser usados para classificar, podem ser usados como ponto de partida para melhorar a aprendizagem, numa aula de correção do teste interativa (avaliação como aprendizagem ou avaliação formativa).

O aluno individualmente identifica as suas lacunas e aprende como ultrapassá-las e o professor identifica as dificuldades e as causas para as lacunas identificadas. Através de feedback e de interação com cada aluno e com toda a classe, o professor ajuda a ultrapassar essas dificuldades (avaliação para a aprendizagem).

---

<sup>27</sup> “Avaliação ao serviço das Aprendizagens e do Ensino”, Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA, 2020/2021

<sup>28</sup> Apresentação “Avaliação por Rubricas”, Leya, diapositivo 6

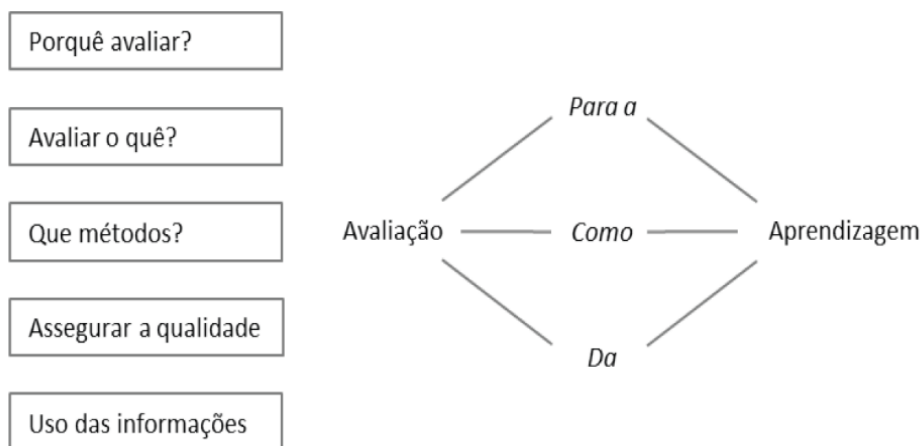


Figura 1 Os temas estruturantes da avaliação educacional Fonte: Construído a partir de Earl and Katz (2006), em Pedrosa e outros (2021).

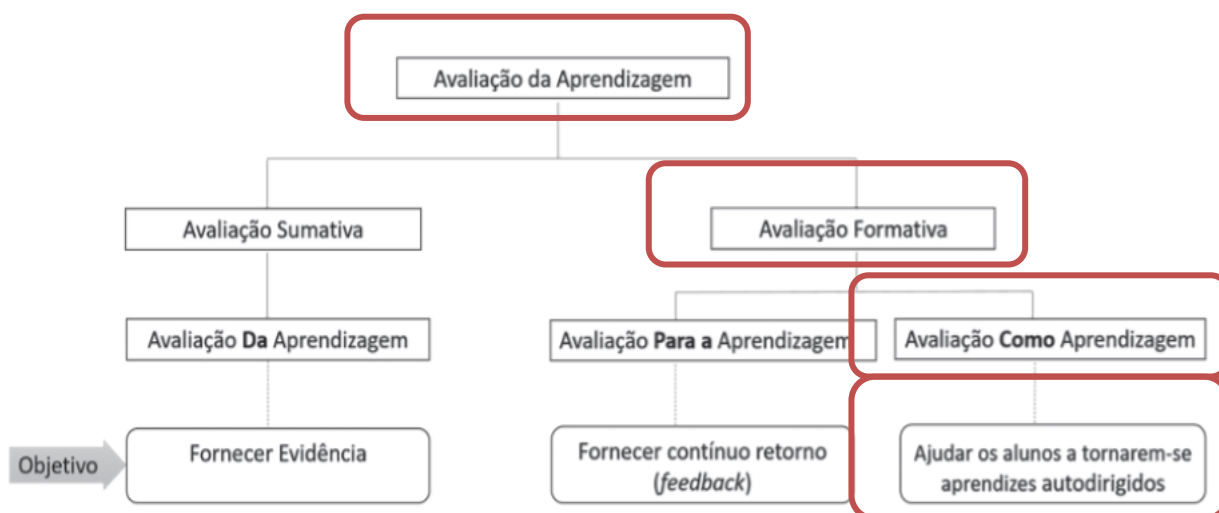


Figura 2 Principais tipos de avaliação (Pedrosa, 2021)

A avaliação deve atender as seguintes recomendações:

- deixar claro o que os alunos têm que fazer para obter sucesso;
- incentivar a discussão produtiva;
- envolver feedback do professor para ajudar os alunos a seguir em frente na sua aprendizagem;
- proporcionar oportunidades para os alunos aprenderem uns com os outros;
- elaborar estratégias que incentivem os alunos a apropriar-se da sua própria aprendizagem.]<sup>29</sup>

<sup>29</sup> “Pedrosa e outros (2021), “Avaliação das Aprendizagens em Portugal: Um olhar transversal sobre os fundamentos teóricos, as políticas educativas e as práticas”

## 5. Políticas de avaliação e classificação

[As políticas de classificação e, conseqüentemente, a atribuição de notas aos alunos, seguem dois princípios:

1. As notas devem refletir as realizações dos alunos tendo em boa conta as orientações previstas no currículo, nomeadamente as que constam nas AE e no PASEO.
2. As políticas de classificação e atribuição de notas devem ser pensadas de forma a contribuírem para motivar os esforços e a aprendizagem dos alunos.

O primeiro princípio destaca claramente a aprendizagem pois tem a ver com a importância de se saber em que medida os alunos aprenderam o que está estabelecido no currículo. O segundo princípio tem a ver com o tipo de ambiente que é necessário criar para apoiar as aprendizagens dos alunos.]<sup>30</sup>

A classificação de cada disciplina resulta da proporção dos desempenhos obtidos nas aprendizagens verificadas desde o início do ano letivo até ao momento da avaliação sumativa (final do semestre).

A avaliação ao longo do semestre é contínua e formativa podendo verificar-se as aprendizagens a todo o momento. As verificações, quando possível, podem/devem ser repetidas numa perspetiva DUA.

A verificação recorrente dos mesmos itens de desempenho dará origem a um juízo global que valorizará a evolução do aluno somente nesse item, podendo as últimas verificações substituir as iniciais:

- monitorizações complementares - média dos desempenhos (no caso de incidir em aspetos diferentes sobre a mesma aprendizagem);
- monitorizações equivalentes - substituem as informações anteriores (no caso de incidir sobre aspetos equivalentes da aprendizagem);
- Havendo reavaliação de aprendizagens, os resultados/registos devem ser considerados na avaliação global:
  - até 2 registos → conta a média;
  - 3 ou mais registos →
    - no caso de subida conta a "moda", desprezam-se os registos díspares;
    - no caso de descida, conta a média.

O desempenho em cada aprendizagem pode ser indicado:

- de 0 a 3 (observação de procedimentos; participação oral; trabalhos de aula, etc.)
  - 0 = NC = não conseguiu;
  - 1 = RD = revela muitas dificuldades;
  - 2 = CM = conseguiu, mas com falhas;
  - 3 = C = conseguiu plenamente.
- em % (0 a 100)
- de 0 a 20 valores

O desempenho global é traduzido numa menção de Insuficiente, Suficiente, Bom ou Muito Bom (no 1º ciclo), para a escala de 1 a 5 no ensino básico e 0 a 20 valores no ensino secundário.

---

<sup>30</sup> Adaptado de "Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas Contemporâneas", Folha do Projeto MAIA, pág. 8



[Dependendo das disciplinas, há itens de aprendizagens que podem estar agrupados num domínio ou subdomínio, podendo haver ponderações que evidenciem as importâncias relativas desses domínios ou subdomínios.

Assim, a classificação final sumativa classificatória (final de semestre) não resulta da média dos instrumentos de avaliação, mas sim de uma média simples ou ponderada das classificações individuais de cada um dos descritores das aprendizagens.

Desta forma, a mesma classificação talvez consiga representar o mesmo grau de consecução de aprendizagens, sem isso querer dizer as mesmas, do mesmo modo ou monitorizado da mesma maneira, com os mesmos instrumentos. Ao permitir-se fazer diferente para as mesmas “metas” (o desempenho máximo em cada aprendizagem) poderá alcançar-se um patamar superior de equidade.

Portanto, torna-se necessário desanexar os critérios de avaliação e de classificação das classificações dos instrumentos de avaliação e referenciá-los ao perfil de aprendizagem desejado.

Indexado aos perfis de aprendizagem por disciplina/ano/ciclo, articulam-se critérios de avaliação e de classificação que, sem descurar a certificação das aprendizagens, promovem uma lógica de autoavaliação e de autorregulação.]<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> “Avaliação ao serviço das Aprendizagens e do Ensino”, Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA, 2020/2021

## 5.1. Da avaliação à classificação (standard)

Domínios e subdomínios	ponderaç	Standard Lista de aprendizagens	“objetos” (parâmetros) que constituem a aprendizagem <b>Na prática, o que representa para o aluno? (IGEC)</b>	ponderaç
Espaço		1- Conhecer e compreender ...	1 – Trabalho LP	
			2 – Ler informação, interpretar, traduzir simbolicamente, organizar as respostas ...	
			3 - Atitudes e valores – propor min 2 itens; – podem ser outros;  Respo nsabili dade, integri dade e liberd ade	Excelê ncia e exigên cia

## 5.2. Avaliação com base em rubricas;

[Utilizar-se-ão «rubricas» que visem a avaliação e a regulação das aprendizagens, tanto as específicas e disciplinares (Tabela 2), como as de nível transversal (Tabela 3); estas, tanto quanto possível, comuns ao maior número possível de disciplinas.

Tabela 2 Exemplo de rubrica

**Tarefa: Comunicação oral**

**Objetivo: Apresentar oralmente, usando a 1ª pessoa, um personagem histórico**

Parâmetros	Descritores de desempenho		
	1	2	3
• Utilização da terminologia específica da disciplina	Não utiliza termos históricos	Revela falhas na utilização dos termos históricos	Utiliza os termos históricos corretamente
• Organização da informação	Não tem um discurso organizado.	Tem um discurso organizado, mas com falhas	Tem um discurso organizado sem falhas.
• Conteúdo da Informação comunicada	Não apresenta informação adequada.	Apresenta informação adequada, mas com falhas	Apresenta informação adequada.
• Expressividade na comunicação	Não foi expressivo	Revelou alguma expressividade	Foi expressivo.

Desta forma, alicerça-se e organiza-se um feedback estruturado, quer oral, quer escrito, assente nos descritores, na tarefa ou função, evitando os juízos pessoais ou de valor, sendo a resposta que é dada ao aluno perante um desempenho ou a um trabalho realizado (por exemplo, teste, portefólio, trabalho de projeto, apresentação oral). Deste ponto de vista, o feedback concretiza-se no fornecimento de informação útil e pertinente relacionada com os objetivos definidos. É, pois, uma informação que resulta da avaliação do progresso dos alunos e que, em consequência, sugere as ações que devem adotar para atingir os objetivos pretendidos.

Tabela 3 Exemplo de rubrica

### Aplicação de rubrica para gerar feedback sistematizado

Objeto: Trabalho prático laboratorial

Parâmetros	Descritores			
	3	2	1	0
Autonomia	Não necessita de qualquer apoio	Apoio pontual não significativo	Necessita de apoio determinante para a consecução	Total de pendência de apoio para todo o procedimento
Rigor procedimental	Utiliza corretamente materiais e procedimentos	Utiliza materiais corretamente, mas usa alguns procedimentos incorretos	Utiliza incorretamente materiais e procedimentos	Utiliza incorretamente os materiais gerando risco ou insegurança
Conceptualização	Mobiliza corretamente conceitos, não manifestando dúvidas	Manifesta fragilidades conceptuais pouco significativas	Manifesta dificuldades significativas nos conceitos	Desconhece os conceitos envolvidos na tarefa

As «rubricas» servirão como base de recolha da informação, tanto para alunos, como para professores e permite tornar a avaliação mais transparente e do conhecimento de todos os intervenientes.

A transformação de «rubricas» em *standards*, poderão ter a finalidade sumativa, mas com carácter formativo, sendo apenas um ponto de partida, permitindo a reavaliação das aprendizagens monitorizadas.]<sup>32</sup>

<sup>32</sup> “Avaliação ao serviço das Aprendizagens e do Ensino”, Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA, 2020/2021